

Reunião Ordinária – Ata nº 22/2012

Data – 2012-11-19

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 15.00 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Falta: Não esteve presente na reunião, o vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês.



Resumo Diário da Tesouraria de 16-11-2012:

a) Dotações Orçamentais €5.229.462,84
b) Dotações não Orçamentais €47.887,31

Total das Disponibilidades €5.277.350,15



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

Cl
CJ

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara deu conhecimento que se deslocará a Valladolid – Espanha – na próxima sexta-feira, dia 23 de novembro, enquanto presidente da Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior – que participa na Feira de Turismo naquela cidade – para estar presente numa reunião de discussão de um projeto de cooperação internacional relacionado com o Rio Tejo, com os respetivos parceiros.

Tomado conhecimento.



Nº 27 - Apresentou, uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização relativamente à atualização do licenciamento Autocad. Mais disse que foi efetuado um levantamento das necessidades de atualização por serviço/utilizador e que a atualização agora proposta ronda os 43.000€, mais IVA, sendo o encargo com a subscrição anual de 27.306,42€, correspondente ao encargo relativo a 3 anos e 4 meses. Disse tratar-se de contrato que implica despesa plurianual, sujeito, nos termos do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro a autorização prévia da Assembleia Municipal, a qual pode ser dada mediante despacho genérico pelo órgão deliberativo, conforme estipulado no nº 2 do artº 11º do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho. Uma vez que a despesa foi prevista nas GOP para 2012, nomeadamente, no projeto 11P0005 - rubrica 07.01.08 - Software Informático, pode ser enquadrada na Autorização Prévia Genérica, aprovada pela Assembleia Municipal em 26 de junho de 2012, pelo que solicitou, assim, autorização para a assunção do compromisso plurianual por parte da Câmara Municipal. - 96973

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar assunção do compromisso plurianual de acordo com a autorização prévia da Assembleia Municipal e com o nº 2 do artº 11º do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O vereador António Belém Coelho apresentou um pedido de esclarecimento dos vereadores eleitos pelo PSD relativo à RPP Solar, que a seguir se transcreve: - 97245

"Passados mais 15 dias, os vereadores eleitos pelo PSD gostariam de saber se, mesmo fora do prazo, chegou algum cheque para pagamento da quantia exigida e se o mesmo tinha provisão

Pl

at

ou se vamos voltar a assistir à mesma rábula do ano passado que, à conta do carteiro, se conseguiu estender por mais de um ano o curto e peremptório prazo de trinta dias concedido ao promotor para iniciar as obras e entregar a garantia bancária."

A Presidente da Câmara disse que ainda não foi recebido o pagamento, apenas se sabe da intenção do pagamento. Disse que o processo tem sido acompanhado pelo Dr. Montalvo.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O Vereador Santana Maia Leonardo apresentou uma proposta de deliberação para agendamento, da qual consta: "A Câmara Municipal de Abrantes, dentro do espírito de solidariedade que deve ter para com os seus munícipes, deverá baixar as taxas de IMI para 2013 para o valor mínimo".



Em seguida, apresentou um pedido de esclarecimento subscrito pelos vereadores eleitos pelo PSD, intitulado "Abrantes, A Cidade Imaginária", quer por ser extenso se anexa à presente ata, do qual consta "Uma vez que, segundo a escritura do Hotel de Abrantes, o terreno reverte para o município, caso a obra não fosse executada até 15/2/2010, gostaríamos de saber quando tenciona a câmara acionar a cláusula de reversão?" - 50703

A Presidente da Câmara disse achar legítimo que, a um ano das eleições autárquicas, se comecem a colocar questões em cima da mesa e que também considera legítimo fazerem-se avaliações. No entanto não acha legítimo que se utilizem dados que não são corretos, nomeadamente porque há questões que não dependem do executivo e porque há alguns projetos que não foram por ele propostos, aprovados ou incentivados.

A esta altura não consegue olhar para a lista de projetos que despejou como projetos não concretizados, na medida em que o projeto autárquico apresentado foi para doze anos e não para quatro. Sabia-se de antemão ser um projeto ambicioso, que não se concretiza apenas num mandato.

A esta altura, com as dificuldades de gestão com que se depara todos os dias, aliadas às questões políticas e à situação de instabilidade e de dificuldades económico-financeiras com que o país e a Europa se deparam, não lhe parece que a Câmara Municipal consiga responder factualmente ao que agora os vereadores do PSD colocam, nem muito menos os privados. Se há 10 anos era fácil fazer obra e montar projetos de investimento, a esta altura não o é, quando a banca não empresta dinheiro e os privados se sentem inibidos de fazer investimento.

Aproveitou para dar conta de outros investimentos privados com sucesso e de alguns projetos que foram além do que constava da campanha eleitoral.

Disse que, de facto ainda não foi feito tudo o que estava comprometido com a população, mas foram feitos muitos projetos:

- Construção de 3 novos centros escolares e a adaptação de um outro;

- Conclusão das obras de 3 centros escolares (Chainça, Pego e Rossio ao Sul do Tejo);
- Conclusão da obra do novo Quartel dos Bombeiros Municipais;
- Execução da 2ª fase do projeto Aquapolis – Margem Sul;
- Execução do novo Centro de Acolhimento do Tejo;
- Construção do novo Mercado Diário – cujo impasse se espera ver rapidamente ultrapassado;
- Intervenções no Tramagal – Porto das Barcas e miradouro;
- Construção Cais de Acostagem em Rio de Moinhos;
- Requalificação do Centro de Canoagem de Alvega;
- Obras de adaptação no Mercado Diário do tramagal;
- Espaço Museológico do Tramagal;
- Requalificação de Ruas no Tramagal;
- Estrada São Miguel do Rio Torto – Tramagal (em fase de lançamento);
- Arruamento junto ao novo Centro Escolar de Rio de Moinhos (em fase de lançamento);
- Aprovação de investimento de 5 milhões de euros no Tecnopolo;
- Criação de condições para continuar com a ESTA em Abrantes;

Parece pouco, mas de facto é um trabalho que consubstancia num grande investimento. No âmbito dos financiamentos (FEDER, PRODER PPROVERE, POVT) o município de Abrantes além de ter contratualizado mais do que o inicialmente previsto, é um dos que tem melhor taxa de execução. Pode dizer-se aos munícipes que a Câmara Municipal tem investimento feito, que ainda continua a fazê-lo e que, ao mesmo tempo, “tem a casa arrumada”, sem ter ido ao encontro de novos empréstimos para saldar dívidas a fornecedores.

Disse compreender que é altura de começar a trazer para a rua promessas e vontades para começar a fazer caminho, mas importa também esclarecer as pessoas relativamente ao que o executivo fez, e quer continuar a fazer.

Relativamente à questão objetiva se a Câmara Municipal vai ou não acionar a cláusula de reversão, referiu que sim, a Câmara Municipal fá-lo-á se se mostrar necessário. Disse que o promotor, como já era do conhecimento dos vereadores, e sendo, do seu ponto de vista, uma pessoa séria, informou a Câmara Municipal que estaria com dificuldade em, sozinho, avançar com esta obra e que, por isso, procurava um novo investidor. Disse também que, logo que a Câmara Municipal assim o entendesse ou tivesse a intenção de entregar o terreno a outro investidor, devolveria o mesmo, nas mesmas condições. Terminou referindo que se for do interesse municipal a Câmara Municipal fará reverter o terreno, mas que a esta altura não lhe parece que a autarquia deva fazê-lo, impedindo, assim, os privados de encontrar soluções para executar os projetos que se propuseram desenvolver no concelho de Abrantes.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma carta enviada pelo Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1053 – Alferrarede, a agradecer o apoio da Câmara Municipal de Abrantes na organização do concerto do Padre Borga. - 94577

EL
CSP

Tomado conhecimento.



Nº 2 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, a remeter para aprovação, a ata nº 02/2012 da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, respeitante à reunião realizada em 11 de outubro de 2012, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

- Ponto 1 – Integração no PMDFCI de Abrantes da proposta de intervenção da XIF de Aldeia do Mato para candidaturas ao PRODER;
- Ponto 2 – Aprovação da Proposta dos locais para intervenção da Equipa dos Sapadores Florestais, para execução do serviço público no Concelho de Abrantes, neste ano civil a submeter ao ICNF;
- Ponto 3 – Análise ao DECIF 2012 e à aplicação do POM no nosso concelho;
- Ponto 4 – Outros assuntos de Interesse Municipal nestas matérias.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida ata nº 02/2012 da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
95409	Casa do Povo de Rio de Moinhos	Noite de Fados	24 de novembro de 2012	<ul style="list-style-type: none">• Recinto improvisado;• Ruído;• Afixação de cartazes	33,49€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Pl
C

Divisão Financeira

Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 10ª proposta de alteração orçamental 2012, da Câmara Municipal de Abrantes. - 96748

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da informação da Divisão Financeira.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 6 de novembro de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianual para a abertura de procedimento para "Aquisição de serviço técnico especializado em Restauro de Pintura afresco, para a Conservação e Restauro das pinturas murais afresco da Igreja de Santa Maria do Castelo", pelo prazo de 180 dias e preço base de 16.800,00€, acrescidos de IVA, com vista ao cumprimento do Protocolo celebrado com a Direção Regional de Cultura Lisboa e Vale do Tejo. - 86849

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de autorização da Presidente da Câmara.



Nº 6 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para aprovação o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para renovação da manutenção de hardware dos equipamentos do Município, com a "PAMAFE, Informática, Lda.". - 93325

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio, para renovação da manutenção de hardware dos equipamentos do Município.



Nº 7 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência de uma informação da Divisão Financeira, que remete para autorização a assunção de compromisso plurianual, com vista à abertura de procedimento para "Aquisição de Serviços de Perito Especializado na Área da Proteção Civil", pelo prazo de 1 ano, renovável por iguais períodos até ao limite de 3 anos, nos termos do CCP, sendo o preço base do procedimento para 3 anos de vigência do contrato de 54.000,00€+IVA. - 94679

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção de compromisso plurianual relativamente ao procedimento para "Aquisição de Serviços de Perito Especializado na Área da Proteção Civil", nos termos da referida Informação da Divisão Financeira.

PC
Act

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 8 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que na sequência da autorização da Assembleia Municipal, de 16 de Dezembro de 2011, para assunção de compromissos plurianuais, propõe a abertura de procedimento pré-contratual para a "Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão Especial e Média Tensão para as Instalações pertencentes ao Município de Abrantes – Aquisição de Serviços ao abrigo do Acordo Quadro ANCP nº 11.18.02". O contrato terá a duração máxima de 1 ano, prorrogável por iguais períodos até ao limite de 3 anos, nos termos dos artigos 48.º e nº 1 do artigo 440.º do Código dos Contratos Públicos. O preço base do procedimento, para 3 anos de vigência do contrato é de 1.046.580,00€+IVA, o que equivale ao montante anual de 348.860,00€+IVA. O mesmo não está sujeito à redução remuneratória nem a parecer prévio da CMA, nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, em virtude de se tratar de uma aquisição de serviços ao abrigo do Acordo Quadro. O procedimento é dividido por lotes, encontrando-se salvaguardado o disposto no artº 22º do CCP:

- Lote 1 – Baixa Tensão Especial (BTE);
- Lote 2 – Média Tensão (MT).

Neste sentido, Assim, propõe que:

- Seja adotado o ajuste direto com fundamento no art. 27º, nº 1, h), e ao abrigo do art. 259º, nº 1, do CCP, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de janeiro, a desenvolver nos termos dos art.º 112º a 127º do mesmo diploma legal;

- Nos termos do nº 1 do art.º 259.º do CCP sejam consultadas as seguintes entidades cocontratantes ao abrigo do acordo quadro, as quais cumprem o disposto nos nºs 2 e 5 do artº 113º do CCP :

- EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.;
- Galp Power S.A.;
- Iberdrola Generacion, S.A.U.

- Sejam aprovadas as peças do procedimento anexas à presente informação, conforme definido no nº2 do artº 259º do CCP, designadamente, caderno de Encargos, Convite e Anexo III - Especificações Técnicas;

- Sejam designados como elementos do júri para a condução do procedimento, os seguintes colaboradores:

- Sara Morgado (presidente);
- José Martins (1º vogal efectivo);
- José António Grácio (2º vogal efectivo);
- Sandra Ferreira (1º vogal suplente);
- Fernando Rente (2º vogal suplente).

- Sejam delegadas no Júri do Concurso, as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº 109º do CCP, à exceção da decisão de adjudicação;

- O critério de adjudicação seja o referido na alínea b) do nº 1 do artigo 74.º do CCP e no nº 1 do artigo 18.º do Caderno de Encargos da ANCP, o do mais baixo preço.

Cl
Ct

Informar também que a despesa só terá incidência no orçamento para 2013, encontrando-se prevista no projeto de orçamento em elaboração, nomeadamente, no PGERAL, rubrica económica 13D.02.02.01 – Encargos de Instalações, encontrando-se reunidas as condições estipuladas no nº 3 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro. Quanto à assunção do compromisso, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06, que regulamenta a Lei nº 08/2012, 21/02 (LCPA), e se impedir a efetiva adjudicação em face da situação subjetiva do Município que aquela vier a surpreender, tal será causa de não adjudicação, condição de que as próprias entidades adjudicantes ficarão cientes pelo caderno de encargos. O procedimento extingue-se, caso, por motivo superveniente não seja possível a satisfação da condição prevista no nº 3, al. c) do artigo 22º do DL 197/99, de 8/6, conjugado com a al. f) do nº 1 do artº 14º do DL nº 18/2008, de 29/01. Nos termos da al. b) do nº 1 do artº 18º do DL 197/99, de 8/6, conjugado com a al. f) do nº 1 do artº 14º do DL nº 18/2008, de 29/0. - 54653

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de procedimento pré-contratual, pelo prazo de 1 ano, prorrogável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos, para "Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão Especial e Média Tensão", nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 9 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão Financeira, referindo que por forma a dar cumprimento ao previsto no nº 2 do artº 47º e no artº 48º da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro uma vez que, à data, o Município de Abrantes detém participação de capital na empresa "Município, SA", se mostra necessário a aquisição de serviços de auditoria externa, pelo prazo de 1 ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos. Baseados na tabela que define os valores de incidência dos honorários a cobrar pelos Revisores ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (anexo II ao Decreto-Lei nº 487/99 de 16 de Novembro), estima que os honorários mensais ascendam a 1.200,00 €, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, aos quais aditam, de acordo com o estipulado nº 2 do artigo 59º - Secção III, do Decreto-Lei nº 487/99 de 16 de Novembro, "despesas de transporte e alojamento e quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções". A despesa terá incidência no orçamento para 2013 (e seguintes), encontrando-se prevista no projeto de orçamento em elaboração, nomeadamente, no PAM – atividade 13A0015, rubrica económica 02.02.20 – Trabalhos Especializados e será cabimentada com a sua entrada em vigor. A assunção do compromisso plurianual carece de autorização pela Assembleia Municipal, que se prevê ocorrer com a aprovação das GOP, no mês de dezembro de 2012, mas para que seja dado o devido andamento ao procedimento, propõe que a Câmara Municipal autorize a assunção de despesa plurianual inerente a este procedimento condicionada à aprovação dessa Autorização Prévia Genérica, na sessão da Assembleia Municipal de dezembro de 2012. Mais sugere que o procedimento se extinga, caso, por motivo superveniente não seja possível a satisfação da condição prevista anteriormente. - 96461

Pl
C

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a assunção do compromisso plurianual com vista à aquisição de Serviços de Revisão Legal das Contas do Município (2013/2015), nos termos da referida Informação da Divisão Financeira.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 10 - Para conhecimento, do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, apresentou a listagem de processos de despesa realizada em outubro de 2012, ao abrigo do parecer genérico para 2012 aprovado na reunião da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2012, e para cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio à contratação previsto na LOE 2012. - 91025

Tomado conhecimento.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cine Teatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
94273	Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes	Divulgação obras históricas curtas e longas-metragens e filmes animação	10,11 e 12 de dezembro de 2012	Cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro	387,48€
93797	Secretariado Diocesano Pastoral da família	VIII Jornadas Pastoral da Família	02 de março de 2013	Cedência do pequeno auditório do Cine Teatro São Pedro	193,64€

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Handwritten signature

Divisão de Educação e Ação Social

Nº 12 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, minuta de Protocolo, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Junta de Freguesia de São Facundo, para a cedência da Escola EB de São Facundo. - 93995

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de Protocolo, nos termos do protocolo tipo aprovado na reunião de 23 de janeiro de 2012, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, a renovação do Protocolo de Cooperação Serviço de Teleassistência Fixa ao Segmento Sénior, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Cruz Vermelha Portuguesa, bem como adenda de alteração ao referido Protocolo. - 42012

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a renovação do referido Protocolo, bem como a adenda de alteração ao mesmo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação os pedidos de utilização das infraestruturas desportivas municipais, efetuadas pelas seguintes instituições escolares, para desenvolvimento das aulas curriculares do ano letivo 2012/2013:

- Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes;
- Agrupamento de Escolas D. Miguel Almeida;
- Escola Secundária Dr. Solano de Abreu;
- Escola EB 2,3 / Secundária Octávio Duarte Ferreira do Tramagal;
- Escola Superior de Tecnologia de Abrantes;
- Centro de Recuperação e Integração de Abrantes (CRIA).

Mais informa que o valor total a isentar é de 25.930,84€ (vinte e cinco mil novecentos e trinta euros e oitenta e quatro cêntimos). - 94261

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 25.930,84€ (vinte e cinco mil novecentos e trinta euros e oitenta e quatro cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Pen
Est

Nº 15 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamat, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, datada de 30 de outubro de 2012, sugerindo a isenção do pagamento de taxas pela utilização do Auditório da Cidade Desportiva, nos dias 2, 9 e 16 de novembro de 2012, no âmbito da realização do Curso de Formação Inicial Nível 1 de Futsal, organizado pela AFS – Associação de Futebol de Santarém. – 94626

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor de 83,44€ (oitenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos), de acordo com a referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão de Bibliotecas e Arquivos

Nº 16 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, proposta sobre ações de promoção de edições municipais, que a Biblioteca Municipal António Botto pretende levar a efeito no mês de Dezembro, época natalícia. - 93673

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

À Divisão de Bibliotecas e Arquivos para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Manutenção e Transportes

Nº 17 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamat, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 7 de novembro de 2012, que autorizou a cedência do autocarro de 50 lugares ao Agrupamento Escolar de Tramagal, com dispensa do respetivo pagamento, no valor de 195,63€ (cento e noventa e cinco euros e sessenta e três cêntimos), para deslocação a Lisboa no passado dia 5 de novembro de 2012, no âmbito da realização de uma exposição de telas pintadas pelos alunos daquele Agrupamento, no espaço da DRELVT, em Lisboa. - 94693

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do vereador Manuel Jorge Valamat.

Handwritten signatures and initials.

Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 18 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 211 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 02 de novembro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Beneficiação de Arruamentos em Abrantes – Encosta Sul – Rua Gil Vicente", adjudicada a Construções ViasManso, Lda., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 07.10.2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, poderá ser liberada 90% do valor retido, no montante de 1.922,32€

Para a garantia da obra, após esta restituição, ficará retido o valor de 213,59€

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 211 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 19 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 214 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 12 de novembro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Aquapolis – Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes – Margem Norte 2ª Fase", adjudicada a Lena – Engenharia e Construções, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 07.03.2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, poderá ser liberada 90% do seguro da caução nº 7440715702877 da Mapfre Caucion Y Crédito, S.A., que corresponde a 7.777,80€.

Após esta redução o referido seguro apresentará o valor de 864,20 €.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 214 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Ce

Ata

Nº 20 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 215 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 13 de novembro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Execução de Polidesportivo em Relva Sintética, em Pego", adjudicada a Fabrigimno – Fabricação de Material de Desporto, Lda., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 08.02.2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, poderá ser liberada 90% da caução prestada para a obra, que corresponde a 2.156,67 €, pelo que, poderá ser reduzida a garantia bancária nº 13037, do BARCLAYS BANK PLC, neste montante.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 215,33€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 215 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 21 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 131/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 12 de outubro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno identificado como 1, no prédio sito em Lameira, na freguesia de S. Facundo, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 92040

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 131/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.
Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

21
C

Nº 22 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 132/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 12 de outubro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno identificado como 2, no prédio sito em Baralho, na freguesia de Bemposta, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 92040

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 132/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 23 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 201/2011 RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 23 de outubro de 2012, acerca do pedido de emissão de nova licença ao abrigo do artigo 88º do RJUE, relativo a alteração/reconstrução de moradia e muros de vedação, sito na Travessa do Monte Novo, em Fontes, Abrantes, requerido por Idalina Maria Alves Pedro Mendes. - 107/2008

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença, nos termos previstos pelo nº 5 conjugado com a linha d) do nº 3 do artigo 71º do REJUE, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 06 de novembro de 2012.

Deverá a titular do processo, instruir o pedido de renovação de licença, juntando os elementos (em falta) necessários para o efeito.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

Nº 24 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 25 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, na sequência do pedido do Centro Social Interparoquial de Abrantes, a solicitar autorização para proceder à recolha de azeitona, das oliveiras sitas junto ao arquivo Municipal de Abrantes - zona industrial. - 95953

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a pretensão.

À Divisão de Serviços Urbanos para os devidos efeitos.

SERVIÇOS MUNICIPIALIZADOS DE ABRANTES

Nº 26 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para aprovação, proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos compromissos para o ano de 2013. - 95806

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida proposta e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas.

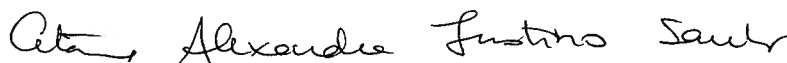
De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO



Ata da reunião de -19- de novembro de 2012

ABRANTES, A CIDADE IMAGINÁRIA

Pedido de esclarecimento

14 de Novembro de 2011

Os vereadores eleitos pelo PSD querem, antes de mais, penitenciar-se pelo facto de terem manifestado o seu desacordo pela despesa suportada pelo município relativamente ao conjunto escultórico designado "Cidade Imaginária", da autoria de Charters d'Almeida", inaugurado em 1 de Março de 2009.

Com efeito, depois de o executivo socialista, durante os últimos trinta anos, ter conseguido transformar o núcleo principal da cidade de Abrantes numa cidade fantasma, os vereadores eleitos pelo PSD não conseguiram antever, na inauguração do conjunto escultórico designado "Cidade Imaginária", o início de um novo ciclo na gestão socialista. Ou seja, a passagem de Abrantes - Cidade Fantasma para Abrantes - Cidade Imaginária.

Abrantes é já hoje um produto demasiado caro concebido pela fértil imaginação socialista. Caro para os munícipes, bem entendido, que têm suportado, a peso de ouro, com os seus impostos, toda uma máquina de propaganda que vive, literalmente, de criar e encenar fantasias de Natal.

E não há qualquer dúvida que o conjunto escultórico de Charters de Almeida constitui um verdadeiro labelo acusatório da Cidade Imaginária concebida pelos socialistas. Quem olha para o conjunto escultórico não pode deixar de ver ali reproduzido, com grande fidelidade, o Ofélia, a Torre do MIAA, os Paços do Concelho da Esta até à Rodoviária, o Mega-Centro Cultural no Mercado Diário, etc.

Até a sua localização tem um valor simbólico, na medida em que nos recorda perpetuamente essa ponte imaginária que ligava, através do IC9, as duas margens do Tejo.

E a cor vermelha com que agride a paisagem é uma metáfora explícita que denuncia o autor das fantasias (o socialismo) e os pés de barro vermelho dos seus projectos.

E por falar em barro vermelho, não podemos deixar de trazer à colação o imaginário Hotel de Abrantes que, nos termos da respectiva escritura, se a obra não fosse executada até 15/2/2010, o terreno reverteria para a câmara.

Pelo exposto, gostaríamos de saber se o Hotel também já faz parte da Cidade Imaginária ou se já existe data para o arranque efectivo das obras?

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/11/19

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.01	02001340	2002/12/30	RJE	07003647	2007/11/28	LUCIA MARIA HENRIQUES SERRAS VICENTE BARROSO RUA DR. DAVID SERRAS PEREIRA, N° 14 ALFERREDE	construção moradia Rua Dr. David Serras Pereira, 12 Alferrede	12000370	DES	2012/11/14
							2012/10/26 - Proponho superiormente o deferimento do pedido, nos termos sugeridos pela DOGU.	T E O R		
04.01	05000106	2005/02/01	RJE	10000246	2010/02/12	ALBERTO MANUEL BICA RONDAO LUGAR DE BALSA MOURISCAS	construção moradia ALDEIAS MOURISCAS	12000354	DES	2012/11/08
							2012/11/06 - No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	T E O R		
05.01	06000894	2006/11/22	LICOB	06003421	2006/11/22	MARTA MANUELA CONCEICAO PEREIRA VALENTIM REPOILHO RUA 1° MAIO, N°30 3 DRT°	ampliação moradia RUA DAS AMOREIRAS ALVEGA	12000352	DES	2012/11/07
							2012/11/06 - No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	T E O R		
04.06	07000698	2007/09/18	REALV	00000346	2010/03/03	CONSTRUCOES J.V. DIAS, LDA. CASAIS DE REVELHOS	construção moradia b/familiar Rua do Vale de Morenas, n.º 650 e n.º 660 CHALINÇA	12000347	DES	2012/11/07
							2012/11/06 - No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	T E O R		
04.01	08000039	2008/01/21	LICOB	08000199	2008/01/21	RAFAEL ALMEIDA LOURENCO RUA DO VALONGO - TRAVESSA N° 2 N° 31	construção moradia Rua do Valongo S. Miguel do Rio Torto	12000361	DES	2012/11/09
							2012/11/06 - No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	T E O R		
05.01	10000188	2010/05/07	RJE	10000980	2010/06/02	SOFIA MARARIDA FERRO FARIA ABRANTES DE PINA CASAL SOARES S/N	ampliação moradia LUGAR DA BOGALINHA	12000344	DES	2012/11/02
							29.10.2012:Deferido.	T E O R		
05.03	10000262	2010/06/30	LICOB	10001114	2010/06/30	ANTONIO MARIA SANTOS RUA DR. ANTONIO FERREIRA BAIRRAO,18	ampliação anexo RUA DO CORREIO VELHO N° 38	12000353	DES	2012/11/08
							2012/11/06 - No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	T E O R		

*** processado por computador ***
 *** sistemas informu ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/11/19

PROCESSO			REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número			Número	Tip	Data
05.03	10000307	2010/07/30	RUE	10001972	2010/11/05	ARMINDO LENTO ALMIRANTE RUA DAS ÁGUAS BELAS N.º 690 ROSSIO AO SUL DO TELJO	12000369	DEB	2012/11/12
						ampliação moradia RUA DAS ÁGUAS BELAS, N.º 690		T E O R	
						No uso das competências que me foram sub-delegadas defiro o pedido de autorização de utilização.			
04.01	10000318	2010/08/03	LICOB	10001377	2010/08/04	ANA ISABEL NAVAHO ROSEIRO GAUDÊNCIO FRANCISCO RUA DO COMERCIO, N.º 105, 1.º DTO	12000350	DEB	2012/11/07
						construção moradia Alferrade		T E O R	
						2012/11/06: Deferido.			
06.01	10000469	2010/11/08	LICOB	10001975	2010/11/08	LUIS MIGUEL JACOB MARTINS RUA BAIRRO NOVO, N.º 118 VALE DE AÇOR	12000351	DEB	2012/11/07
						alteração moradia Rua do Bairro Novo, n.º 118 Vale de Açor		T E O R	
						2012/11/02 - Propõe-se o deferimento do pedido de Autorização de utilização, nos termos do disposto nos art.ºs 63.º e seguintes do RUE. À consideração Superior.			

*** processado por computador ***
 *** sistemas infoRuje ***

Handwritten initials or signature.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 19.11.2012

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra		Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada			Tipo	Data	Teor
PG8330/2012	09.05.2012	162628927 / 18826	António Madeira Antunes / Rua 18 de Maio, n.º 836 - Rossio ao Sul do Tejo	Construção de muro / Rua 18 de Maio, Lote n.º 7 - Rossio ao Sul do Tejo		Despacho	31.10.2012	Admitida comunicação prévia
PG13483/2012	02.08.2012	245942432 / CM7425	João Nuno Dinis de Oliveira / Beco José Maria, nº 4 - Arceadas - S. Miguel do Rio Torto	Construção de moradia / Casal das Sarnadas lote nº 20, São Miguel Rio Torto		Despacho	06.11.2012	Admitida comunicação prévia